



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680089 - AC (2021/0218896-1)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : JAYNE MARIA SILVA E SILVA (PRESO)
PACIENTE : RAFAELE DE LIMA BRITO (PRESO)
OUTRO NOME : RAFAELLE DE LIMA BRITO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JAYNE MARIA SILVA E SILVA e RAFAELLE DE LIMA BRITO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE (n. 0000396-72.2020.8.01.0001).

As pacientes foram condenadas pela prática do crime previsto no art. 2º, §§ 2º e 4º, inciso I, da Lei n. 12.850/13, às penas de 8 anos e 2 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 169 dias-multa (JAYNE), e de 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão em regime inicial fechado e de 169 dias-multa (RAFAELLE).

Sustenta a impetrante, em síntese, a ocorrência de *bis in idem*, alegando para tanto que as pacientes foram condenadas pelos mesmos fatos em outra ação penal, como incursas no art. 35 da Lei n. 11.343/2006 (Autos n. 000561-44.2019.8.01.0005).

Insurge-se, ainda, quanto à dosimetria das penas, sustentando a) a inexistência de fundamentação idônea para a valoração negativa das circunstâncias judiciais e para a aplicação da causa de aumento de pena em seu grau máximo; b) a desproporcionalidade do percentual utilizado para majoração da pena-base; e c) a impossibilidade de cumulação de causas de aumento.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja reconhecida a existência de dupla condenação, com consequente absolvição das pacientes nos autos da ação penal de origem. Subsidiariamente, pugna pela redução das penas, com consequente adequação do regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Como bem salientado pelo Tribunal *a quo* (fl. 259):

O tipo penal de associação para o tráfico previsto no artigo 35, *caput*, da Lei nº 11.343/06, não se confunde com o crime de integrar organização criminosa previsto na Lei 12.850/13, de modo que os objetos jurídicos protegidos são distintos.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente